



Governo do Distrito Federal  
Fundação Hemocentro de Brasília

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**PREGÃO ELETRÔNICO PE 90015/2026**  
**UASG 926334**  
**FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**  
(Processo Administrativo nº 00063-00003995/2025-29)

OBJETO	VALOR TOTAL ESTIMADO	RECURSO ORÇAMENTÁRIO	
Registro de preços para a aquisição de insumos que serão utilizados para criopreservação de células e para uso nos transplantes de medula óssea, análise de células progenitoras hematopoiéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo visando atender aos pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal.	<b>R\$ 183.588,74</b> (cento e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos)	PROGRAMA DE TRABALHO: 10.303.6202.2975.0001 - Suporte aos transplantes e à atenção hematológica / 10.303.6202.4060.0002 - Criopreservação de células e tecidos-FHB Distrito Federal NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo FONTE DE RECURSOS: 138 (Recursos do SUS)	
REGISTRO DE PREÇOS	MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VARIAÇÃO MÍNIMA DE LANCE
Sim	Aberto	Menor Preço	0,35%
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	COTA PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	EXIGE AMOSTRA?	EXIGE GARANTIA?
Sim para o item 2	Sim	Sim	Não
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	
Até 23:59 horas do dia 07/07/2026 pelo endereço <a href="mailto:licitacao@fhb.df.gov.br">licitacao@fhb.df.gov.br</a>	Até 08:59 horas do dia 10/07/2026 pelo <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>	Às 09:00 horas do dia 10/07/2026	

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, por meio da Diretoria de Compras, sediada com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – SMHN Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e na página [www.hemocentro.df.gov.br](http://www.hemocentro.df.gov.br).

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de insumos que serão utilizados para criopreservação de células e para uso nos transplantes de medula óssea, análise de células progenitoras hematopoiéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo visando atender aos pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal. As especificações condições estabelecidas constam neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	<b>Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1).</b> Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	378398	Teste	6072
2	<b>Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U</b> Placa em poliestireno, transparente, com 96 poços, com sistema de prevenção de contaminação cruzada entre os poços e com o meio externo (tampa de vedação ou equivalente), esterilizada com radiação gama (ou equivalente) e livre de pirógenos e DNase/RNase, com paredes lisas que permitam escoamento. Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>	422362	Unidade	350
3	<b>Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex)</b> Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frasco de 1 L. <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	383292	Frasco	03*

4	<p><b>Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)</b></p> <p>Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO).</p> <p>Criopreservante para uso em células-tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes estéril, incolor, apirogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA.</p> <p>Forma de apresentação: Frascos de 50mL.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.</p> <p><b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b></p>	352834	Mililitro	900**
---	--	--------	-----------	-------

Em caso de divergência entre a especificação presente no Edital (incluso seus anexos) e o descritivo contido no Sistema Compras Governamentais (código BR), prevalecerá o regramento do termo editalício.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório.
- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório.
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços.
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório.
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, art. 198 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no, §5º art. 198 [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a FHB poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, §7º art. 198 [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#). (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#))

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame, inciso II, §4º Art. 198, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, inciso III, §4º Art. 198, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, §1º, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, art. 199 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com database vinculada à data do orçamento estimado (19/02/2026), §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, pelo índice do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI-GDF), ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Fundação Hemocentro de Brasília (FHB).

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, art. 200, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, art. 201 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo deste Edital, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

### 2.10. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611/2011, e pelo Decreto Distrital nº 35.592/2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611/2011.

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos do item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital nº 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do item seja de até R\$ 80.000,00, quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que o item 02, é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.2. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, os itens 01, 03 e 04, que compõem o objeto deste edital serão destinados à Ampla Concorrência conforme previsão constante no Anexo I deste Edital.

3.11. Não poderão disputar esta licitação:

3.11.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

3.11.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.11.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.11.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.11.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

3.11.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.11.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.11.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3.11.10. A vedação do subitem 3.11.9, aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio, Decreto nº 39.860/2019.

3.11.11. A vedação do subitem 3.11.9 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

3.11.12. A vedação do subitem 3.11.9 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

3.11.13. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital.

3.11.14. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.

3.11.14.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital, inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.

3.11.14.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.

3.11.15. A vedação de que trata o item anterior, aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.11.16. A vedação estende-se às uniões homoafetivas, art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011.

3.11.17. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação, Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3.17. A vedação de que trata o item 3.11.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal.

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item.
  - 5.1.2. Marca.
  - 5.1.3. Fabricante.
  - 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de imposto inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesta norma.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item, para SRP, utilizar valor unitário.
- 6.6.1. Para fins de julgamento, serão considerados como preços unitários máximos aceitáveis aqueles constantes do item 9 – Estimativa do Valor da Contratação, do Termo de Referência (Anexo I), sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores a tais limites, nos termos do art. 59 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,35% (trinta e cinco centésimos percentuais).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-



se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- 6.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 6.20.2.2. Empresas brasileiras.
- 6.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 6.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.25. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.26. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF.
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a legislação e este edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. Contiver vícios insanáveis.
- 7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 8.1.4. Considerando o art. 156, III, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

### 8.2.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 8.2.1.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal (<https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>).
- 8.2.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440/2011.
- 8.2.1.3. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.2.1.4. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.2.1.5. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.2.1.6. Regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- 8.2.1.7. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.2.1.8. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### 8.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.2.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)).
- 8.2.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} \end{aligned}$$

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1, em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

### 8.2.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.2.3.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
- a) Cédula de identidade.
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

#### 8.2.4. DECLARAÇÕES ENVIADAS POR MEIO DO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

8.2.4.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

8.2.4.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.4.3. Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

8.2.4.4. Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

8.2.4.5. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

8.2.4.6. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)).

#### 8.2.5. DECLARAÇÕES ENVIADAS JUNTAMENTE COM AS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO

8.2.5.1. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

8.2.5.2. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860/2019, constante no Anexo IV do Edital, Portaria CGDF nº 356/2019.

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770/2012.

8.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 dias úteis para o endereço: SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 03, Brasília/DF ou [licitacao@fhh.df.gov.br](mailto:licitacao@fhh.df.gov.br).

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, inciso I, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, art. 64 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e art. 135, § 3º, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

8.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto de até 2 horas.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: <https://www.fhb.df.gov.br/>.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame.
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou o lance em especial quando:
- 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.
- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 10.1.5. Fraudar a licitação.
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 10.2. Com fulcro no [Lei Federal nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.6. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens

10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

10.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 10.17. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

##### 10.17.1. ADVERTÊNCIA (artigo 156, I)

10.17.1.1. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

##### 10.17.2. MULTA (artigo 156, II)

10.17.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação, conforme artigo 157, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.2.2. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, artigo 156, §8º da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

##### 10.17.2.5. Multa compensatória:

- I - Dar causa a inexecução parcial do contrato, multa de 0,5% a 12% sobre o valor do contrato.
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato.
- III - Dar causa à inexecução total do contrato, multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato.
- IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato.
- V - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.
- VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.
- VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.
- VIII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

##### 10.17.2.6. Multa moratória:

- I - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, aplicada de acordo com os seguintes percentuais:
  - a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso.
  - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, em caráter excepcional e a critério da Administração, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, não podendo exceder o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
  - c) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- II - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme parágrafo único do artigo 162 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

##### 10.17.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR (artigo 156, III)

10.17.3.1. A Contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.3.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, no termo do §2º, do artigo 158 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.3.3. A Contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

##### 10.17.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE (artigo 156, IV)

10.17.4.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.17.4.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, no termo do §2º, do artigo 158 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.18. A aplicação das sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

10.19. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.21. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

10.22. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, artigo. 160, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.23. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, artigo 161, da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.25. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico [licitacao@fhhb.df.gov.br](mailto:licitacao@fhhb.df.gov.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), inclusive quanto aos casos omissos.

12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente.

12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos.

12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei.

12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.3.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, §1º, art. 198, do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#).

12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em **19/02/2026**, pela utilização do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A Fundação Hemocentro de Brasília poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente

fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061/2013.

13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365/2017, que regulamenta a Lei nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701/2023.

13.16. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de Setembro de 2020.

13.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.hemocentro.df.gov.br](http://www.hemocentro.df.gov.br).

13.22. Informamos que foi implantado na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) o Sistema Eletrônico de Informações SEI e que todos os Contratos/Atas de Registro de Preços deverão ser assinados eletronicamente. Assim sendo, faz-se necessário o cadastramento dos representantes da conveniada que irão assinar o Contrato/Ata de Registro de Preço referente ao processo. Segue abaixo orientações de como fazê-lo - Manual disponível em ([http://www.portalsei.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-Cadastro-de-Usua%CC%81rio-Externo\\_31\\_mar\\_2020-revisado.pdf](http://www.portalsei.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-Cadastro-de-Usua%CC%81rio-Externo_31_mar_2020-revisado.pdf)):

**PASSO 1 (Fazer o cadastrar como usuário externo):**

1 - Acesse o site Portal SEI (<http://portalsei.df.gov.br/>)

2 - Clique em Usuário Externo.

3 - Clique em Fundação Hemocentro de Brasília

4 - Clique em "Clique aqui" se você ainda não está cadastrado< [https://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=9](https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=9)> e faça seu cadastro.

**PASSO 2: Solicitar a liberação do cadastro, que pode se dar por duas formas:**

Após efetuar o cadastro, será necessário realizar o encaminhamento dos documentos comprobatórios (documento de identificação (com cópia ou digitalização) e a Declaração de Concordância e Veracidade). Este encaminhamento poderá ser:

– Entrega presencial no Núcleo de Protocolo da Fundação Hemocentro de Brasília, localizado no SMHN Quadra 03, conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, CEP: 70.710-908. **OU**

– Encaminhamento digital via [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#). O envio por Peticionamento Eletrônico requer cadastro na plataforma [gov.br](http://gov.br). Segue abaixo recomendações:

1) Se você é cadastrado, então: (Para acessar o Peticionamento – Liberação de Usuário Externo, digitar o endereço: <http://www.portalsei.df.gov.br/>, clicar no botão USUÁRIO EXTERNO e clicar no link LIBERAÇÃO DE USUÁRIO EXTERNO. O requerente será redirecionado para o sítio Sistema de Peticionamento Eletrônico).

2) Se você ainda não é cadastrado, o link de cadastro é <https://acesso.gov.br/acesso/#/primeiro-acesso>.

Uma vez cadastrado, acesse o [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#) para encaminhar seus documentos comprobatórios. Após a conferência da documentação o seu acesso de usuário externo será liberado, sendo permitido ao usuário externo assinar eletronicamente os documentos criados e liberados por servidor do GDF.

13.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.23.1. ANEXO I – Termo de Referência nº 03/2026 (203863817)

13.23.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (196062598)

13.23.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços (204790369)

13.23.3. ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

13.23.4. ANEXO IV – Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**FORNECIMENTO: MATERIAIS DE CONSUMO**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, “A”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

**1.1. Do Objeto:**

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para a aquisição de insumos que serão utilizados para: criopreservação de células para uso nos transplantes de medula óssea, análise de células progenitoras hematopoéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo, visando atender os pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA

1	<p><b>Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1).</b></p> <p>Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.</p> <p><b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b></p>	378398	Teste	6072
2	<p><b>Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U</b></p> <p>Placa em poliestireno, transparente, com 96 poços, com sistema de prevenção de contaminação cruzada entre os poços e com o meio externo (tampa de vedação ou equivalente), esterilizada com radiação gama (ou equivalente) e livre de pirógenos e DNase/RNase, com paredes lisas que permitam escoamento.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.</p> <p><b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b></p>	422362	Unidade	350
3	<p><b>Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex)</b></p> <p>Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.</p> <p>Forma de apresentação: Frasco de 1 L.</p> <p><b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b></p>	383292	Frasco	03*
4	<p><b>Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)</b></p> <p>Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO).</p> <p>Criopreservante para uso em células-tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes estéril, incolor, apirrogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA.</p> <p>Forma de apresentação: Frascos de 50mL.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.</p> <p><b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b></p>	352834	Mililitro	900**

\*Unidade de fornecimento estabelecida com base na contratação vigente e na bula do produto 189583627, uma vez que há poucas fontes com o atual código Catmat, conforme explicado no levantamento de mercado.

\*\*Realizado ajuste considerando que a única fornecedora com registro ativo na Anvisa somente fornece caixa com 6 unidades de 50 ml.

1.1.2. Caso haja divergência entre a especificação constante do Sistema de Compras Governamentais e os Estudos Técnicos Preliminares e ou Termo de Referência, estes prevalecerão.

## 1.2. Da Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme tabela do subitem 1.1. (Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, sendo de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam. (Art. 20, da Lei nº 14.133/2021)

## 1.3. Da Vigência Contratual

1.3.1. Considerando que a presente contratação está definida como compra de entrega imediata e integral dos bens a serem adquiridos e dos quais não resultam obrigações futuras, a Nota de Empenho substituirá o instrumento contratual. (Art. 95, da Lei nº 14.133/2021).

## 1.4. Do Registro de Preços:

### 1.4.1. Da Justificativa de Registro de Preços:

1.4.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços para o pretenso certame fundamenta-se no art. 190, Inciso IV, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, haja vista que suas características ensejam contratações frequentes e visam atender mais de uma demanda da FHB, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

1.4.1.2. Ademais, o uso do Sistema de Registro de Preços para o pretenso certame possibilitará a aquisição parcelada, de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão, sem a formação de estoques.

1.4.1.3. Ainda, considera-se boa prática a sistematização das compras em sistema de registro de preços, por ser legislação de dinamização da gestão pública, na medida em que confere transparência às compras, propicia o melhor planejamento das aquisições e norteia-se pelo princípio constitucional da eficiência e eficácia.

1.4.1.4. Por fim, a existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

### 1.4.2. Da Vigência da Ata de Registro de Preços:

1.4.2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos. (§ 1º, do art 198, do Decreto n.º 44.330/2023)

### 1.4.3. Da Adesão a Ata de Registro de Preços:

1.4.3.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia da FHB, o órgão ou a entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, conforme art. 208, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

## 1.5. Do Catálogo Eletrônico de Padronização:

1.5.1. Em observância ao art. 40, §1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, combinado com o inciso II, do art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 2021 no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, e considerando a inexistência de catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços no âmbito do Governo do Distrito Federal, este instrumento não foi utilizado.

1.5.2. Contudo, os objetos deste certame estão previstos no Plano de Contratações Anual vigente, que tem por objetivo, entre outros, promover a padronização dos produtos e serviços a serem licitados.

1.5.3. Havendo divergência entre o Código CATMAT ou CATSER e o descritivo do Termo de Referência, prevalecerão as descrições/especificações do Termo de Referência.

## 1.6. Da Licitação Exclusiva:



- 1.6.1. Item 1 (Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP): o item apresenta histórico de licitação fracassada associado às características do mercado descritas no Estudo Técnico Preliminar, indicando possível restrição à competitividade, motivo pelo qual não se aplica o tratamento diferenciado, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Além disto, o preço estimado da aquisição é superior a R\$ 80.000,00, sendo inaplicável o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.6.2. Item 2 (Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U): em observância ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, ao art. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e ao Art. 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, este item é destinado à participação exclusiva de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores individuais - MEI.
- 1.6.3. Item 3 (Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo): A limitação de fontes de pesquisa e a dificuldade na obtenção de cotações indicam mercado restrito, podendo comprometer a competitividade do certame, sendo inaplicável o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.6.4. Item 4 (Solução de Dimetilsulfóxido -DMSO): Há indício de fornecedor único com registro válido na ANVISA, o que inviabiliza a aplicação do tratamento favorecido previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.7. **Da Cota Reservada:**
- 1.7.1. Item 1: é inaplicável a reserva de cota para o item, haja vista que apresenta histórico de licitação fracassada associado às características restritivas do mercado, indicando hipótese de restrição ou dificuldades à competitividade, conforme levantamento feito no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.7.2. Itens 2,3 e 4: considerando que os valores dos itens estão abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e considerando ainda as justificativas constantes no subitem "Da Licitação Exclusiva", não cabe a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 2.1. A fundamentação, justificativa e descrição da necessidade da licitação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Dos Objetivos da Contratação:
- 2.2.1. Os insumos pretendidos serão utilizados para: criopreservação de células utilizadas nos transplantes de medula óssea, na análise de células progenitoras hematopoiéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo. Esses procedimentos suprem as necessidades dos pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal e vão ao encontro com uma das missões da Fundação Hemocentro de Brasília: oferecer suporte aos transplantes no Distrito Federal.
- 2.3. Da Justificativa do Quantitativo Solicitado:
- 2.3.1. **Item 1: Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1)**
- 2.3.1.1. O número de testes foram estimados pela média dos últimos quatro anos, de provas-cruzadas realizadas pelo LIT/FHB. Os dados foram extraídos do sistema informatizado Salus, de gerenciamento das rotinas do LIT.

Ano	2022	2023	2024	Projeção para 2025	Média
Quantidade	233	221	172	196	205,5

- 2.3.1.2. Em cada prova-cruzada é consumido duas reações para os controles de placa, e também até cinco pacientes por doador; perfazendo a realização de sete reações. Em se considerando que o processamento ocorrerá em triplicata (para evitar que o resultado seja falsamente influenciado por outliers), em cada prova cruzada será demandada a realização de 21 testes, portanto.
- 2.3.1.3. Considerando que soros positivos serão titulados para estratificação de risco da resposta imune, por paciente hipersensibilizado poderá ser utilizado até 10 reações (isto implica na realização de 12 testes adicionais, considerando os controles de reação); e, que em média 30% dos pacientes atendidos pelo LIT são hipersensibilizados, estimamos a necessidade de titular 62 (30% de 205,5) provas cruzadas por ano.

	Quantidade	Testes	Total
Prova-cruzada	205,5	21	4315,5
Estimativa de titulação	62	12	744
Soma			5059,5
Total à adquirir com a margem de segurança			6071,4
Valor final arredondado			6072

- 2.3.1.4. Desta forma, estimamos a necessidade de aquisição de 6.072 testes, considerando a margem de segurança de 20%.
- 2.3.2. **Item 2: Placa de cultivo celular**
- 2.3.2.1. Estimamos o número de placas a serem adquiridas a partir da média anual de demanda de provas-cruzadas (uma placa por prova-cruzada); acrescido de 20%, como margem de segurança. Os dados foram extraídos do sistema informatizado Salus, de gerenciamento das rotinas do LIT.

Ano	2022	2023	2024	Projeção para 2025	Média
Quantidade	233	221	172	196	205,5

- 2.3.2.2. A projeção para o ano de 2025 foi considerada pela divisão do número de provas cruzadas por nove meses (janeiro a setembro), e a razão foi multiplicada por 12 meses.
- 2.3.2.3. Está em andamento pesquisa de refratariedade plaquetária, por citometria de fluxo, que estima a realização de 90 testes para o ano de 2026. Desta forma, acrescentamos 100 placas para o uso nesta técnica (Processo SEI n.º 00063-00003168/2024-54). Não é possível obter histórico de consumo, visto ser técnica em implementação.
- 2.3.2.4. O quantitativo final foi arredondado para 350, para propiciar melhor adaptação às apresentações do mercado; e, por se tratar de material não perecível, não ensejaria em prejuízos à administração pública, conforme tabela abaixo.

Média do período	205,5
Média + margem de segurança (20%)	246,6
Quantidade para refratariedade plaquetária	100

Quantitativo final arredondado	350
--------------------------------	-----

2.3.3. **Item 3: Solução de limpeza profunda do Citômetro DxFlex, tipo Contrad 70**

2.3.3.1. Por ocasião da instrução do Contrato Administrativo n.º 005/2024, no ETP estimou-se o quantitativo de 02 frascos por ano, baseando-se no consumo dos insumos entregues como bonificação na ocasião da aquisição do equipamento Citômetro DxFlex (ETP 117571372).

2.3.3.2. Considerando que com a implementação da técnica de prova cruzada por citometria de fluxo, bem como ensaios de refratariedade plaquetária ensinará em maior consumo do equipamento; e, consequentemente, ocorrerá maior frequência de lavagem, acrescemos um frasco no quantitativo, estando previsto o consumo de 03 frascos de 1 litro, por ano.

2.3.4. **Item 4: Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)**

2.3.4.1. A partir de planilha do CPC que contém os dados dos processamentos realizados:

ANO	Consumo mensal de DMSO (em ml)	Consumo anual (em ml)	Consumo + 20% de margem de segurança (em ml)
2023	58	696	836
2024	48	576	692
2025*	52	624	749
Média (em ml)	53	632	759
Nº de frascos a serem adquiridos para 1 ano (considerando a apresentação de 50 ml)	15 <i>Necessário o ajuste para 18 frascos considerando que a única fornecedora com registro ativo na Anvisa somente fornece caixa com 6 unidades de 50 ml.</i>		

\*Até outubro de 2025.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. A descrição da solução como um todo também encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os insumos pretendidos destinam-se à realização de atividades vinculadas ao suporte aos transplantes no Distrito Federal.

3.3. **Descrição dos Itens:**

3.3.1. **Item 1:** Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1). Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.

3.3.2. **Item 2:** Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em "U". Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.

3.3.3. **Item 3:** Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex). Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frasco de 1 L.

3.3.4. **Item 4:** Solução de dimetilsulfóxido (DMSO). Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO) para uso em células-tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes. Esterilizado por filtração, incolor, apirogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA. Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frascos de 50mL.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021)**

4.1. **Da Sustentabilidade** (Art. 60, II, do Decreto nº 44.330/2023):

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o seguinte requisito, que se baseia no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Para o objeto da aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

4.2. **Da Indicação de Marcas ou Modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.2.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.

4.3. **Da Exigência de Amostra** (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):

4.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2. Serão exigidas amostras dos itens e quantitativos a seguir, conforme cronograma e justificativas abaixo, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.2.1. Itens 1, 2 e 3: Avaliação da bula ou prospecto do produto para verificação da conformidade em relação às especificações descritas neste Termo de Referência.

4.3.2.2. Item 4: Será exigido um frasco do produto na apresentação de fornecimento, onde serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Análise do certificado de qualidade do produto fornecido pela empresa e com as especificações em conformidade com o solicitado.

b) Integridade da embalagem e completa vedação do frasco após perfuração com agulha.

c) Aspecto da solução: Transparência da solução, ausência de sujidade e/ou de corpo estranho.

4.3.3. Justificativas:

4.3.3.1. Itens 1, 2 e 3: É indispensável a verificação entre a compatibilidade dos insumos com os equipamentos e protocolos que a FHB utiliza.

4.3.3.2. Item 4: Para esta aquisição faz-se necessária a apresentação de amostra, no caso de fabricante que a FHB nunca tenha adquirido previamente, por se tratar de insumo crítico que entra em contato direto com as células progenitoras hematopoiéticas coletadas de paciente e que retornarão para o transplante. O DMSO atua na proteção das células durante o processo de congelamento e sua ação tem impacto direto na qualidade das células armazenadas.

Nota: Caso o produto do item 4 já tenha sido utilizado na rotina da Fundação Hemocentro de Brasília, a etapa de amostra será dispensada. A saber, o dimetilsulfóxido da marca Origen Biomedical já é utilizado pelo Centro de Processamento Celular desta instituição, conforme atas vigentes: 00063-00004156/2024-47 e

4.3.4. Cronograma de Etapas das Amostras:

ETAPAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Prazo para entrega de amostras	Em até 10 (dez) dias úteis após a convocação via sistema de mensagens	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da amostra	Glabe/ Dproce/ FHB
Reenvio de amostras em caso de diligências	Em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado	Empresa convocada
Avaliação das amostras reenviadas	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da amostra	Glabe/ Dproce/ FHB

- 4.3.4.1. As amostras poderão ser reapresentadas pelo licitante somente 1 (uma) vez.
- 4.3.4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.3.4.3. As amostras deverão ser entregues no endereço SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF, na Diretoria de Compras, aos cuidados/pedido do pregoeiro, no horário de 09h às 12h ou 14h às 17h, para registro dos prazos pertinentes do parecer técnico e a empresa deverá assumir total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.3.4.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.3.4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.3.4.6. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.3.4.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.3.4.8. As amostras não serão devolvidas ao pretense participante e serão descartadas de acordo com os procedimentos do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
- 4.3.4.9. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos ou digitais em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.4. **Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto** (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.4.1. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto para os itens deste certame.
- 4.5. **Da Exigência de Carta de Solidariedade** (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.
- 4.6. **Da Subcontratação** (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 4.7. **Da Garantia da Contratação** (Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.7.1.1. A aquisição em tela contempla objetos de baixa complexidade, a exigência de garantia poderia ocasionar restrição da competitividade por aumento de custos para os licitantes.
- 4.8. **Da Participação de Consórcio** (Art. 15, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.8.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Caso admitida, a participação de consórcios poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.
- 4.9. **Da Participação de Sociedade Cooperativa** (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.9.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação se atendidos os termos do Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.10. **Da Execução de Logística Reversa** (Art. 71, § 1º, XIV, do Decreto nº 44.330/2023):
- 4.10.1. A presente contratação não necessitará de exigência de execução de logística reversa por parte da contratada.
- 4.11. **Da Vistoria** (Art. 63, § 2, da Lei nº 14.133/2021):
- 4.11.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto, por se tratar de aquisição de insumos, os quais não demandam a realização de vistoria.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, “E” E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 5.1. **Condições de entrega:**
- 5.1.1. O prazo de entrega dos bens referentes ao Itens 2, 3 e 4 é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.1.2. O prazo de entrega do Item 1 é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.
- 5.1.3. A entrega deverá ser realizada em remessa única do quantitativo total empenhado.
- 5.1.4. Os prazos de validades nas datas das entregas deverão obedecer o que segue:
- 5.1.4.1. Itens 1 e 3: Prazo de validade mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.
- 5.1.4.2. Itens 2 e 4: Prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.
- 5.1.5. Comprovada a impossibilidade de atendimento ao previsto no subitem anterior, ficará a cargo da FHB avaliar a pertinência, conveniência e oportunidade para a Administração Pública a concordância no aceite de itens com validade inferior ao exigido.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os materiais serão solicitados conforme necessidade e demanda da FHB, pois será adotado o sistema de registro de preços, nos termos do art. 190, inciso IV, do Decreto Distrital Nº 44.330, de 16 de março de 2023.
- 5.3.1. As solicitações para fornecimento e entrega dos insumos **serão de forma fracionada**, realizadas de acordo com a necessidade de reposição do estoque disponível e sua urgência para uso no âmbito da Fundação Hemocentro de Brasília;
- 5.3.2. Para cada solicitação de entrega de insumo, será gerado empenho correspondente ao quantitativo necessário;

5.3.3. As informações descritas na nota fiscal, como a descrição do material (descrição do item, fabricante, quantidade, validade, lote), devem estar presentes tanto na embalagem primária quanto na secundária do produto, para fins de verificação e validação do item entregue e faturado.

5.3.4. Em caso de impossibilidade da entrega em lote único, a contratada deverá solicitar à Fundação Hemocentro de Brasília, no prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos **antes da data prevista para entrega**, a autorização para entrega em lotes diferentes, ficando facultada à contratante e sem custos para a administração pública.

5.3.5. A entrega dos materiais deverá ser realizada no Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

5.4. **Montagem e Instalação:**

5.4.1. Não aplicáveis a insumos.

5.5. **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços deverá ser realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, setor demandante ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização da ARP.

6.6. Embora a forma utilizada para concretizar o ajuste entre a Administração e o fornecedor, neste caso, seja diversa do instrumento de contrato, conforme art. 95 da Lei de Licitações, o conteúdo da relação jurídica firmada será o mesmo: um contrato administrativo, o qual demandará também medidas de gestão.

6.7. **Das Obrigações da Contratante:**

6.7.1. São obrigações da contratante:

6.7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.7.1.3. comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

6.7.1.5. efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.7.1.6. publicar as súmulas dos contratos celebrados com particulares, conforme Lei 5.575/2015;

6.7.1.7. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.7.1.8. aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais após prévio procedimento administrativo, garantido previamente o direito à ampla defesa;

6.7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.8. **Das Obrigações da Contratada:**

6.8.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal;

6.8.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias;

6.8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao DF ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.8.1.4. comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.8.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;

6.8.1.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.8.1.8. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

6.8.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.8.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

6.8.1.11. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

6.8.1.12. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

6.8.1.13. durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365/2017;

6.8.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto celebrado/do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.8.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato/objeto celebrado, e não

excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/objeto celebrado. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*)

6.8.5. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

**6.9. Das Sanções Administrativas:**

6.9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar à contratada as sanções previstas nos Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

6.9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato ou instrumento equivalente realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário.

6.9.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.9.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

**7.1. Do Recebimento:**

7.1.1. Os bens/materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 13 (treze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.1.9. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

**7.2. Da Liquidação:**

7.2.1. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. (Art. 146, da Lei nº 14.133/2021)

7.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base os comprovantes de entrega do material ou da prestação efetiva do serviço materialmente comprovada por meio do atesto. (Art. 63, da Lei nº 4.320/1964)

7.2.3. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:

7.2.3.1. nome da empresa e CNPJ;

7.2.3.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;

7.2.3.4. o prazo de validade do material (quando couber);

7.2.3.5. a data da emissão;

7.2.3.6. o valor a pagar; e

7.2.3.7. destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. As Notas Fiscais apresentadas para fins de pagamento devem ser emitidas pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial. (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário)

7.2.7. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

7.2.8. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

7.2.9. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato.

7.2.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, após o pagamento da nota fiscal.

7.2.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual ou cancelamento de instrumento equivalente nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato ou cancelamento de instrumento equivalente, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.3. Do Prazo de Pagamento:**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota Fiscal.

**7.4. Da Forma de Pagamento:**



- 7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.4.6. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. (Decreto Distrital nº 32.767/2011)
- 7.4.7. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 7.4.8. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, após a realização do pagamento.
- 7.4.9. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.4.10. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:
- 7.4.10.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.4.10.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- 7.4.10.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);
- 7.4.10.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br);
- 7.4.11. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 7.4.12. Os documentos elencados acima poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.
- 7.5. **Do Reajuste:**
- 7.5.1. Observado o interregno mínimo de um ano, a partir da data do orçamento estimado, o objeto celebrado poderá ter seus valores reajustados, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. (Art. 2º, Decreto nº 37.121/2016)
- 7.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.5.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. **Da Antecipação do Pagamento:**
- 7.6.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos bens.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 8.1. **Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta:**
- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.
- 8.2. **Da Forma de Fornecimento:**
- 8.2.1. O fornecimento do objeto será fracionado.
- 8.3. **Das Exigências de Habilitação e Qualificação:**
- 8.3.1. As exigências de habilitação jurídica e fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.
- 8.3.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- 8.3.3. Não será exigida documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.
- 8.4. **Requisitos quando da celebração do contrato/ata:**
- 8.4.1. Conforme a Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.437/1977, e suas atualizações e, em atendimento as Decisões nos 219/2016, 2731/2015 e 3401/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas vencedoras deverão apresentar os documentos, nos seguintes termos:
- 8.4.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014, correspondente ao tipo de produto ofertado. No caso de medicamento ou substância sujeita a controle especial, deverá ser apresentada Autorização Especial (AE).
- 8.4.1.2. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974.
- 8.4.1.3. Certificado de Registro do Produto do item 4 (dimetilsulfóxido), em plena validade, podendo ser cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União (identificando o item em questão) ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA atualizado, conforme Lei nº 6.360/76.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 183.588,74 (cento e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, conforme custos aferidos pela pesquisa de estimativa de preços, constante nos autos do processo licitatório.
- 9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<b>Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1).</b>  Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.  <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	378398	Teste	6072	<b>R\$ 17,32</b>	<b>R\$ 105.167,04</b>
2	<b>Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U</b>  Placa em poliestireno, transparente, com 96 poços, com sistema de prevenção de contaminação cruzada entre os poços e com o meio externo (tampa de vedação ou equivalente), esterilizada com radiação gama (ou equivalente) e livre de pirógenos e DNase/RNase, com paredes lisas que permitam escoamento.  Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.  <b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>	422362	Unidade	350	<b>R\$ 5,11</b>	<b>R\$ 1.788,50</b>
3	<b>Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex)</b>  Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.  Forma de apresentação: Frasco de 1 L.  <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	383292	Frasco	03*	<b>R\$ 284,40</b>	<b>R\$ 853,20</b>
4	<b>Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)</b>  Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO).  Criopreservante para uso em células-tronco hematopoéticas com finalidade de transplantes estéril, incolor, apirrogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA.  Forma de apresentação: Frascos de 50 mL.  Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.  <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	352834	Mililitro	900**	<b>R\$ 84,20</b>	<b>R\$ 75.780,00</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 183.588,74</b>

\*Unidade de fornecimento estabelecida com base na contratação vigente e na bula do produto 189583627, uma vez que há poucas fontes com o atual código Catmat, conforme explicado no levantamento de mercado.

\*\*Realizado ajuste considerando que a única fornecedora com registro ativo na Anvisa somente fornece caixa com 6 unidades de 50 ml.

10.	<b>ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021)</b>
10.1.	<b>Previsão no PCA e na LOA, com a indicação do Programa de Trabalho, Fonte de Recursos e Elemento de Despesas:</b>
10.1.1.	Do Orçamento:
10.1.1.1.	<b>Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:</b>
10.1.1.2.	<b>Fonte de Recursos:</b> 138 (Recursos do SUS).
10.1.1.3.	<b>Programa de Trabalho para os Itens 1, 2 e 3:</b> 10.303.6202.2975.0001 – SUPORTE AOS TRANSPLANTES E À ATENÇÃO HEMATOLÓGICA.
10.1.1.4.	<b>Programa de Trabalho para o Item 4:</b> 10.303.6202.4060.0002 - CRIOPRESERVAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS-FHB DISTRITO FEDERAL
10.1.1.5.	<b>Elemento de Despesa:</b> 33.90.30 - Material de Consumo.
10.1.2.	Do Plano de Contratações Anual:
10.1.2.1.	A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília (PCA 2026), o que pode ser consultado no endereço eletrônico <a href="#">Portal de Compras do Governo do Distrito Federal</a> .
11.	<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>
11.1.	A aquisição obedecerá ao disposto:
11.1.1.	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
11.1.2.	Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
11.1.3.	Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS - Aquisição de bens comuns, mediante a adoção da modalidade pregão eletrônico.
11.1.4.	Demais normativos constantes no Instrumento Convocatório.

12. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Diretoria de Procedimentos Especiais

Diretoria de Procedimentos Especiais

13. **REVISORES**

**De acordo,**

Gerência de Laboratórios Especiais

Diretoria de Procedimentos Especiais

14. **APROVAÇÃO**

Nos termos da Instrução Normativa Nº 183, de 31 de maio de 2023, publicada na página 6, do DODF Nº 103, de 1 de junho de 2023, **APROVO** este Termo de Referência, considerando que os insumos em tela serão utilizados nas atividades finalísticas da Diretoria de Procedimentos Especiais em favor da população usuária da rede pública do Distrito Federal.

Unidade Técnica

**Apêndice I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

1. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

1.1. **Necessidade do setor e justificativa da necessidade da aquisição:**

1.1.1. A Gerência de Laboratórios Especiais é composta pelo Laboratório de Citometria, Laboratório de Hemostasia e Centro de Processamento Celular. A aquisição em tela visa atender às necessidades do Laboratório de Citometria e do Centro de Processamento Celular (CPC).

1.1.2. Os insumos pretendidos serão utilizados: para a criopreservação de células utilizadas nos transplantes de medula óssea, na análise de células progenitoras hematopoiéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo. Todos os procedimentos suprem as necessidades dos pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal.

1.1.3. O Laboratório de Imunologia dos Transplantes da FHB (LIT/FHB) é o único responsável por realizar os exames de histocompatibilidade para atendimento da demanda de transplante de órgãos e tecidos da rede pública do Distrito Federal.

1.1.4. A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 4, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, preconiza:

Art. 54. Os laboratórios de histocompatibilidade serão responsáveis pela coleta e guarda de material para manutenção da soroteca, pela realização da prova cruzada aplicada à lista dos potenciais receptores (nos casos em que se indique) nominada pela CNCDO e pelo exame de tipificação HLA do doador.

1.1.5. A realização de prova cruzada por citometria de fluxo apresenta maior sensibilidade e, por isso, tem sido implementada em diversos laboratórios. Já está demonstrado que uma prova cruzada positiva por citometria de fluxo (CFXM) e negativa por citotoxicidade dependente de complemento (CDC) está associada a menor sobrevida do enxerto [1]. O estabelecimento do Protocolo *Halifax* possibilitou a padronização do procedimento, permitindo a reprodutibilidade interlaboratorial [2,3]. Recentemente, esta metodologia tem ganhado popularidade científica, o que fica claro em palestras, publicações científicas e congressos sobre o tema, gerando uma forte demanda por parte dos Centros Transplantadores à FHB.

1.1.6. Já a contagem de células progenitoras hematopoiéticas (CD34), também realizada por citometria de fluxo, é obrigatória para os processamentos e criopreservação realizados pelo Centro de Processamento Celular, conforme Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 836 de 2023 (com grifos nossos):

Art. 46. As células somente podem ser liberadas para uso terapêutico e pesquisa clínica depois de observados os critérios definidos na Seção V deste Capítulo, além de realizados os seguintes testes:

(...)

II - para Células Progenitoras Hematopoiéticas de sangue periférico (CPH-SP), para fins de transplante convencional, em amostra do produto pós-processamento e antes da adição de crioprotetores:

a) contagens celulares: número total de células nucleadas;

b) teste de viabilidade celular;

**c) fenotipagem celular: contagem de células CD34+ viáveis;**

d) testes microbiológicos, neste caso deve-se seguir o disposto no art. 47 desta Resolução.

1.1.7. Outro insumo previsto nesta aquisição, o dimetilsulfóxido (DMSO), é essencial para a criopreservação de células progenitoras hematopoiéticas para a realização de transplantes de medula óssea, realizada pelo CPC. Os insumos utilizados pelos CPC devem atender ao disposto na Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa de nº 836, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as Boas Práticas em Células Humanas para uso terapêutico e pesquisa clínica.

Art. 61. Os materiais utilizados na coleta e processamento das células, que com elas entrem em contato, devem ser estéreis, apirogênicos e, quando couber, não citotóxicos, de grau farmacêutico e de uso único.

Art. 67. Os materiais, reagentes e produtos para diagnóstico in vitro adquiridos devem ser avaliados quanto aos parâmetros de análise e aceitação definidos pelo Centro de Processamento Celular, antes de entrarem em uso.

1.1.8. A Fundação Hemocentro de Brasília tem como missão oferecer suporte aos transplantes no Distrito Federal. O CPC é o único Centro de Processamento Celular público do Distrito Federal e atende a demanda dos seguintes Centros Transplantadores: Hospital Universitário de Brasília, Instituto de Cardiologia e Transplantes do DF e Hospital da Criança de Brasília.

1.1.9. Em caso de não atendimento ao pleito, o processamento de CPH é inviabilizado, deixando de atender aos pacientes que necessitam de transplante de medula óssea na rede pública do Distrito Federal.

1.1.10. Os testes serão realizados no Citômetro de Fluxo Modelo Dxflex, de propriedade FHB, adquirido pelo processo 00063-00002714/2022-78, patrimônio FHB: 0109803.

- 1.2. **Existência de contrato vigente e data de expiração:**
- 1.2.1. A última tentativa de aquisição do anticorpo anti-CD3 restou fracassada no Pregão Eletrônico SRP nº 90032.2024, conforme Termo de Homologação 185858010.
- 1.2.2. A placa de cultivo celular com fundo em U foi adquirida anteriormente pela Cotação eletrônica nº 013/2020 (49056057), Processo SEI 00063-00002720/2020-63. Como a técnica não teve a implementação definitiva, o consumo se mostrou irregular e houve a descontinuidade de aquisição do mesmo, conforme Memorando Sumat nº 12 (77611469). Contudo, para que seja possível prosseguir com a validação e implementação da técnica, é necessário que ocorra o fornecimento regular do material.
- 1.2.3. A solução de limpeza profunda estava em fornecimento regular no Contrato Administrativo nº 005/2024 (141360082); contudo não foi possível incluí-lo no Termo Aditivo Primeiro (174047480), considerando que o fornecimento exclusivo se descaracterizou, conforme detalhado no Despacho 173799862.
- 1.2.4. O insumo dimetilsulfóxido (DMSO) está em fornecimento regular na ARP nº 46/2025 vigente (185855975).

1.3. **Prejuízos causados caso a solicitação não seja contemplada:**

- 1.3.1. Caso a solicitação não seja atendida, não será possível a realização de prova cruzada por citometria de fluxo e consequentemente o LIT/FHB incorrerá em desatualização técnico-científica, uma vez que a cada ano o número de laboratórios que incorporaram a CFXM em seus serviços tem aumentado, como é possível observar nos avaliações externas de proficiência da Associação Brasileira de Histocompatibilidade e Imunogenética (ABHI) além de não ofertar metodologias mais modernas que resultem em resultados mais precisos aos pacientes atendidos pela rede pública do Distrito Federal.
- 1.3.2. No que tange ao Laboratório de Processamento Celular, o teste é obrigatório e essencial para a realização dos transplante de células progenitoras hematopoiéticas, sua interrupção acarretará a suspensão destes procedimentos aos pacientes da rede pública do Distrito Federal.

1.4. **Justificativa para a adoção do Sistema de Registro de Preços**

- 1.4.1. Esta aquisição visa o registro de preços para aquisição de insumos para a realização de quantificação de células-tronco hematopoiéticas em bolsas destinadas ao transplante de medula óssea, processadas pelo GLABE/CPC, e a realização de prova cruzada (crossmatch) de histocompatibilidade pela metodologia de citometria de fluxo como método acessório para esclarecimentos de testes realizados pelo GSUT/LIT.
- 1.4.2. Em virtude de não ter condições de estabelecer de forma precisa a demanda, será realizado o registro dos preços em Ata, conforme previsto nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e art. 190, IV, do Decreto Distrital 44.330/2023. Os insumos em tela fazem parte de técnicas em processo de validação ou dependem da demanda de centros transplantadores para uso. Por este motivo, à medida da necessidade da FHB, serão efetivadas as contratações, apenas na quantidade necessária, respeitados os quantitativos máximos delimitados em edital e o prazo de vigência da Ata, sem estar, entretanto, obrigada a contratar toda a quantidade licitada.

[1] - Robert S. Liwski, Anna L. Greenshields, David M. Conrad, Cathi Murphy, Robert A. Bray, Jorge Neumann, Howard M. Gebel. Rapid optimized flow cytometric crossmatch (FCXM) assays: The Halifax and Halifax protocols. *Human Immunology*, Volume 79, Issue 1, 2018, páginas 28-38, ISSN 0198-8859, <https://doi.org/10.1016/j.humimm.2017.10.020>.

[2] - GRAFF R.J. et al. The Clinical Importance of Flow Cytometry Crossmatch in the Context of CDC Crossmatch Results. *j.transproceed.* v 42, nov. 2010).

[3] - SCHIAVO T. et al. Resultados da Prova Cruzada por Citometria de Fluxo pelo Protocolo Halifax de Acordo com o MFI do Anticorpo e o Alvo HLA. *Braz. J. Transplant.* v 26, 2023.

2. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (ART. 18, § 1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

2.1. **Do Orçamento:**

- 2.1.1. Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

2.1.1.1. **Fonte de Recursos:** 138 (Recursos do SUS).

2.1.1.2. **Programa de Trabalho para os Itens 1, 2 e 3:** 10.303.6202.2975.0001 – SUPORTE AOS TRANSPLANTES E À ATENÇÃO HEMATOLÓGICA.

2.1.1.3. **Programa de Trabalho para o Item 4:** 10.303.6202.4060.0002 - CRIOPRESERVAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS-FHB DISTRITO FEDERAL

2.1.1.4. **Elemento de Despesa:** 33.90.30 - Material de Consumo.

2.2. **Do Plano de Contratações Anual:**

- 2.2.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília (PCA 2026), o que pode ser consultado no endereço eletrônico [Portal de Compras do Governo do Distrito Federal](#)

2.3. **Do alinhamento da demanda ao Plano Diretor de Sangue, Mapa Estratégico ou outro instrumento de planejamento da FHB:**

- 2.3.1. A aquisição está alinhada com o Plano Diretor de Sangue 2024-2027 e com o Eixo 4 (Qualificar o suporte laboratorial), do Planejamento de Iniciativas Estratégicas 2024-2027 da FHB: "Ser autossuficiente no suporte laboratorial para transplantes" e Iniciativa Estratégica: "Implementação de novas metodologias para suporte laboratorial ao Transplante de Órgãos e Tecidos" que objetiva a implementação da técnica de *Crossmatch* por citometria de fluxo.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. **Requisitos quando da celebração do contrato/ata:**

3.1.1. **Da contratada:**

3.1.1.1. Autorização de funcionamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

3.1.1.2. Licença sanitária, em plena validade, emitida pela Divisão de Vigilância Sanitária do DF ou do estado de origem da empresa.

3.1.1.3. A regulamentação das licenças sanitárias e registro de produtos para saúde se encontra nas Leis nº 5.991/73, Lei nº 6.360/76, Portaria nº 802/98-Min. Saúde, RDC nº 185/2001 e legislações complementares.

3.1.2. **Dos insumos:**

3.1.2.1. Bula em língua portuguesa.

3.1.2.2. Os insumos 1, 2 e 3 - usados para quantificação das células-tronco hematopoiéticas e para a realização de prova cruzada com finalidade de transplante de órgãos - devem ser compatíveis com o citômetro de fluxo modelo DxFlex Beckman Coulter Diagnostics, conforme as especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

3.1.2.3. Para o item 04 - Dimetilsulfóxido, além da bula em língua portuguesa, também são necessários:

3.1.2.3.1. Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), para o insumo DMSO, conforme ABNT NBR 14725.

3.1.2.3.2. Laudo de análise ou certificado de qualidade, emitido pelo fabricante.

3.1.2.3.3. Certificado de Registro do Produto, em plena validade, podendo ser cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União (identificando o item em questão) ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA atualizado, conforme Lei nº 6.360/76.

3.2. **Da Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional (Art. 67, da Lei nº 14.133/2021):**

3.2.1. Não serão exigidos critérios de qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional.

3.3. **Da Sustentabilidade (Art. 60, II, Decreto nº 44.330/23):**

3.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o seguinte requisito, que se baseia no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.3.1.1. Para o objeto da aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será

admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

3.4. **Da Indicação de Marcas ou Modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.

3.5. **Da Exigência de Amostra** (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):

3.5.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

3.5.2. Serão exigidas amostras dos itens e quantitativos a seguir, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, conforme justificativas abaixo. A empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

3.5.2.1. Itens 1, 2 e 3: Apresentação de prospecto ou bula para verificação de compatibilidade com os equipamentos e protocolos que a FHB utiliza.

3.5.2.2. Item 4: 1 Frasco na apresentação que pretende ser fornecida.

3.5.3. As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Compras, aos cuidados do Pregoeiro, no endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas.

3.5.3.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

3.5.3.2. Itens 1, 2 e 3: Verificação da conformidade com as especificação contidas neste Estudo Técnico Preliminar.

3.5.3.3. Item 4:

a) Análise do certificado de qualidade do produto fornecido pela empresa as especificações em conformidade com o solicitado.

b) Integridade da embalagem e completa vedação do frasco após perfuração com agulha.

c) Transparência da solução, ausência de sujidade e/ou de corpo estranho.

3.5.4. Justificativas:

3.5.4.1. Itens 1, 2 e 3: É indispensável a verificação entre a compatibilidade dos insumos com os equipamentos e protocolos que a FHB utiliza.

3.5.4.2. Item 4: Para esta aquisição faz-se necessária a apresentação de amostra, no caso de fabricante que a FHB nunca tenha adquirido previamente, por se tratar de insumo crítico que entra em contato direto com as células progenitoras hematopoéticas coletadas de paciente e que retornarão para o transplante. O DMSO atua na proteção das células durante o processo de congelamento e sua ação tem impacto direto na qualidade das células armazenadas.

3.5.5. As amostras não serão devolvidas ao pretenso participante e serão descartadas de acordo com os procedimentos do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

3.5.6. Cronograma da etapa de amostras:

ETAPAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Prazo para entrega de amostras	Em até 10 (dez) dias úteis após a convocação via sistema de mensagens	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da amostra	Glabe/ Dproce/ FHB
Reenvio de amostras em caso de diligências	Em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado	Empresa convocada
Avaliação das amostras reenviadas	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da amostra	Glabe/ Dproce/ FHB

3.6. **Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto** (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):

3.6.1. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto para os itens deste certame.

3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade** (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):

3.7.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.

3.8. **Da Subcontratação** (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):

3.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual porque se trata da aquisição de insumos.

3.9. **Da Garantia da Contratação** (Arts. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):

3.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

3.9.1.1. Trata-se de aquisição de insumos.

3.10. **Da Participação de Consórcio** (Art. 15, da Lei nº 14.133/2021):

3.10.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Caso admitida, a participação de consórcios poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

3.11. **Da Participação de Sociedade Cooperativa** (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):

3.11.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação se atendidos os termos do Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.

3.12. **Da Execução de Logística Reversa** (Art. 71, § 1º, XIV, do Decreto nº 44.330/2023):

3.12.1. A presente contratação não necessitará de exigência de execução de logística reversa por parte da contratada.

3.13. **Da Vistoria** (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):

3.13.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto, por se tratar de aquisição de insumos, os quais não demandam a realização de vistoria.

#### 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A AQUISIÇÃO (ART. 18, § 1º, IV, DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. **Item 1: Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1)**

4.1.1. O número de testes foram estimados pela média dos últimos quatro anos, de provas-cruzadas realizadas pelo LIT/FHB. Os dados foram extraídos do sistema informatizado Salus, de gerenciamento das rotinas do LIT.

Ano	2022	2023	2024	Projeção para 2025	Média
-----	------	------	------	--------------------	-------



<b>Quantidade</b>	233	221	172	196	205,5
-------------------	-----	-----	-----	-----	-------

4.1.2. Em cada prova-cruzada é consumido duas reações para os controles de placa, e também até cinco pacientes por doador; perfazendo a realização de sete reações. Em se considerando que o processamento ocorrerá em triplicata (para evitar que o resultado seja falsamente influenciado por *outliers*), em cada prova cruzada será demandada a realização de 21 testes, portanto.

4.1.3. Considerando que soros positivos serão titulados para estratificação de risco da resposta imune, por paciente hipersensibilizado poderá ser utilizado até 10 reações (isto implica na realização de 12 testes adicionais, considerando os controles de reação); e, que em média 30% dos pacientes atendidos pelo LIT são hipersensibilizados, estimamos a necessidade de titular 62 (30% de 205,5) provas cruzadas por ano.

	<b>Quantidade</b>	<b>Testes</b>	<b>Total</b>
Prova-cruzada	205,5	21	4315,5
Estimativa de titulação	62	12	744
Soma			5059,5
Total à adquirir com a margem de segurança			6071,4
<b>Valor final arredondado</b>			<b>6072</b>

4.1.4. Desta forma, estimamos a necessidade de aquisição de 6.072 testes, considerando a margem de segurança de 20%.

4.2. **Item 2: Placa de cultivo celular**

4.2.1. Estimamos o número de placas a serem adquiridas partir da média anual de demanda de provas-cruzadas (uma placa por prova-cruzada); acrescido de 20%, como margem de segurança. Os dados foram extraídos do sistema informatizado Salus, de gerenciamento das rotinas do LIT.

<b>Ano</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Projeção para 2025</b>	<b>Média</b>
<b>Quantidade</b>	233	221	172	196	205,5

4.2.2. A projeção para o ano de 2025 foi considerada pela divisão do número de provas cruzadas por nove meses (janeiro a setembro), e a razão foi multiplicada por 12 meses.

4.2.3. Está em andamento pesquisa de refratariedade plaquetária, por citometria de fluxo, que estima a realização de 90 testes para o ano de 2026. Desta forma, acrescemos 100 placas para o uso nesta técnica (Processo SEI n.º 00063-00003168/2024-54). Não é possível obter histórico de consumo, visto ser técnica em implementação.

4.2.4. O quantitativo final foi arredondado para 350, para propiciar melhor adaptação às apresentações do mercado; e, por se tratar de material não perecível, não ensejaria em prejuízos à administração pública, conforme tabela abaixo.

<b>Média do período</b>	205,5
<b>Média + margem de segurança (20%)</b>	246,6
<b>Quantidade para refratariedade plaquetária</b>	100
<b>Quantitativo final arredondado</b>	<b>350</b>

4.3. **Item 3: Solução de limpeza profunda do Citômetro DxFlex, tipo Contrad 70**

4.3.1. Por ocasião da instrução do Contrato Administrativo n.º 005/2024, no ETP estimou-se o quantitativo de 02 frascos por ano, baseando-se no consumo dos insumos entregues como bonificação na ocasião da aquisição do equipamento Citômetro DxFlex (ETP 117571372).

4.3.2. Considerando que com a implementação da técnica de prova cruzada por citometria de fluxo, além da refratariedade plaquetária ensejarão em maior consumo do equipamento; e, consequentemente, ocorrerá maior frequência de lavagem, acrescemos um frasco no quantitativo, estando previsto o consumo de 03 frascos de 1 litro, por ano.

4.4. **Item 4: Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)**

4.5. A partir de planilha do CPC que contém os dados dos processamentos realizados:

<b>ANO</b>	<b>Consumo mensal de DMSO (em ml)</b>	<b>Consumo anual (em ml)</b>	<b>Consumo + 20% de margem de segurança (em ml)</b>
2023	58	696	836
2024	48	576	692
2025*	52	624	749
<b>Média (em ml)</b>	<b>53</b>	<b>632</b>	<b>759</b>
<b>Nº de frascos a serem adquiridos para 1 ano (considerando a apresentação de 50 ml)</b>	<b>15</b> <i>Necessário o ajuste para 18 frascos considerando que a única fornecedora com registro ativo na Anvisa somente fornece caixa com 6 unidades de 50 ml.</i>		

\*Até outubro de 2025.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º, V, DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. Análise das alternativas possíveis, podendo, entre outras opções:

5.1.1. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração:

5.1.1.1. Não aplicável por se tratarem de insumos, sendo a aquisição a única forma viável.

5.1.2. Audiência ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições:

5.1.2.1. Não aplicável por se tratarem de insumos, sendo a aquisição a única forma viável.

5.1.3. Em caso de possibilidade de compra ou de locação de bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa:

5.1.3.1. Não aplicável por se tratarem de insumos, sendo a aquisição a única forma viável.

5.1.4. Outras opções menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas:

5.1.4.1. Não aplicável por se tratarem de insumos, sendo a aquisição a única forma viável.

5.2. São conhecidos no mercado nacional os seguintes fornecedores para os insumos especificados neste estudo:

ITEM	OBJETO	POTENCIAIS FORNECEDORES	OBSERVAÇÕES
1	Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1). Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	- ACROMED - BECKMAN COULTER - DBR BIOTECH - INOPAT - ANALITICA - BECTON e DICKINSON - THERMO FISHER - SIGMA-ALDRICH - MERCK - ROCHE - PROMEGA	A última tentativa de aquisição consta no processo 00063-00001089/2024-17, onde o item restou fracassado, conforme Termo de Homologação 185858010.
2	Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em "U". Prazo de validade: mínimo de 12(doze) meses a partir da data de entrega.	- LogLab - Kasvi - Zaralab - Greiner bio-one - Prolab - Sigma-Aldrich	Loglab: Proposta vencedora da Cotação eletrônica 49056924
3	Solução de limpeza profunda do Citômetro DxFlex, tipo Contrad 70 Forma de apresentação: Frascos de 1000 mL Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. *Ver item 5.3	- Vixtal - Esalab - Methabio - Ciscres - Sinapse - Dafratec	O insumo foi anteriormente fornecido com exclusividade pela empresa Beckman Coulter (do Contrato Administrativo n.º 005/2024 SEI n.º 141360082).
4	Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO). Criopreservante para uso em células tronco hematopoéticas com finalidade de transplantes. Esterilizado por Filtração, incolor, apirrogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA. Forma de apresentação: Frascos de 50mL. Prazo de validade: mínimo de 12(doze) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frascos de 50 mL	- Biohealth - ACTS	ACTS: Ata nº 46/2025 vigente (185855975)

5.3. Considerações sobre o item 3:

5.3.1. Diante da recente inativação do código Catmat 395298, antes utilizado para a solução de limpeza profunda do citômetro DxFlex, somente foram identificadas 2 fontes para o levantamento de mercado deste insumo, o que não significa mudança da diversidade de possíveis fornecedores para este insumo. Por este motivo, a Equipe de Planejamento manteve a lista de possíveis fornecedores visando garantir o melhor resultado para Administração Pública neste certame.

5.3.2. Fontes obtidas com o novo Catmat:

5.3.2.1. Ata de Registro de preços: [Ata consultada em 11/12/2025](#)

5.3.2.2. Pregão UFSC: 189573022

5.4. Para o item 4, DMSO, é obrigatório o Registro na Anvisa. Em consulta ao site da [Anvisa](#) em 30/10/2025, somente foi encontrado um fornecedor com registro vigente, conforme imagem abaixo:

# Consultas

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas / Produtos para Saúde / Produtos para Saúde

Última atualização da base de dados: 30/10/2025 às 10h00

Resultado da Consulta						
Nome do Dispositivo Médico	Número da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Processo da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Nome e CNPJ da Empresa Detentora da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Situação da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Data de Cancelamento da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico	Data de Vencimento da Notificação ou do Registro do Dispositivo Médico
<input type="checkbox"/> DMSO - SOLUÇÃO DIMETILSULFÓXIDO PARA CRIOPRESERVAÇÃO	80089930005	25351.148035/2009-66	ACTS DO BRASIL LTDA - 04.534.176/0001-84	Válido		03/10/2026
<div>Monitorar</div>						

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 183.588,74 (cento e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, conforme custos aferidos pela pesquisa de estimativa de preços, constante nos autos do processo licitatório.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<b>Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1).</b>  Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	378398	Teste	6072	<b>R\$ 17,32</b>	<b>R\$ 105.167,04</b>
2	<b>Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U</b>  Placa em poliestireno, transparente, com 96 poços, com sistema de prevenção de contaminação cruzada entre os poços e com o meio externo (tampa de vedação ou equivalente), esterilizada com radiação gama (ou equivalente) e livre de pirógenos e DNase/RNase, com paredes lisas que permitam escoamento.  Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	422362	Unidade	350	<b>R\$ 5,11</b>	<b>R\$ 1.788,50</b>
3	<b>Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex)</b>  Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.  Forma de apresentação: Frasco de 1 L.	383292	Frasco	03*	<b>R\$ 284,40</b>	<b>R\$ 853,20</b>
4	<b>Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)</b>  Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO).  Criopreservante para uso em células-tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes estéril, incolor, apirrogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA.  Forma de apresentação: Frascos de 50mL.  Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	352834	Mililitro	900**	<b>R\$ 84,20</b>	<b>R\$ 75.780,00</b>
VALOR TOTAL ESTIMADO						<b>R\$ 183.588,74</b>

\*Unidade de fornecimento estabelecida com base na contratação vigente e na bula do produto 189583627, uma vez que há poucas fontes com o atual código Catmat, conforme explicado no levantamento de mercado.

\*\*Realizado ajuste considerando que a única fornecedora com registro ativo na Anvisa somente fornece caixa com 6 unidades de 50 ml.

6.2. Caso haja divergência entre a especificação constante do Sistema de Compras Governamentais e os Estudos Técnico Preliminares e ou Termo de Referência,

estes prevalecerão.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

### 7.1. Descrição dos Itens:

7.1.1. **Item 1:** Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1). Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.

7.1.2. **Item 2:** Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em "U". Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.

7.1.3. **Item 3:** Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex). Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frasco de 1 L.

7.1.4. **Item 4:** Solução de dimetilsulfóxido (DMSO). Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO) para uso em células tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes. Esterilizado por filtração, incolor, apirogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA. Prazo de validade: mínimo de 12(doze) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frascos de 50mL.

### 7.2. Condições de entrega:

7.2.1. O prazo de entrega dos materiais é de 30 dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa única, com todo o quantitativo solicitado, preferencialmente, pertencente ao mesmo lote por entrega.

7.2.2. A entrega deverá ser realizada em remessa única do quantitativo total empenhado.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 7.3. Local e horário de entrega:

7.3.1. A entrega dos materiais deverá ser realizada no seguinte endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

### 7.3.2. Ata de registro de preços:

7.3.2.1. Os materiais serão solicitados conforme necessidade e demanda da FHB, pois será adotado o sistema de registro de preços, nos termos do art. 190, inciso IV, do Decreto Distrital Nº 44.330, de 16 de março de 2023.

7.3.2.2. As solicitações para fornecimento e entrega dos insumos **serão de forma fracionada**, realizadas de acordo com a necessidade de reposição do estoque disponível e sua urgência para uso no âmbito da Fundação Hemocentro de Brasília.

### 7.4. Garantia, manutenção e assistência técnica:

7.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.1.1. Conforme características do objeto deste instrumento, o parcelamento mostra-se ser técnica e economicamente viável, não haverá perda de escala e haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, § 1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. Esta aquisição atenderá ao processamento de células progenitoras hematopoiéticas destinadas aos pacientes que aguardam transplante de medula óssea e aos exames complementares para os transplantes de órgãos e medula óssea da rede pública do Distrito Federal.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU DA ATA (ART. 18, § 1º, X, DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Não são necessárias adequações do ambiente da Fundação Hemocentro de Brasília para que a contratação surta seus efeitos.

10.1.1. Ressalta-se que a FHB possui corpo técnico adequado para exercer as atividades inerentes à fiscalização da contratação, não sendo necessária alocação de pessoal adicional para essa finalidade.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI Nº 14.133/2021)

11.1. Para a contratação objeto deste instrumento, não serão necessárias outras contratações para o pleno atendimento da necessidade da Fundação Hemocentro de Brasília.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021)

12.1. Esta contratação deverá seguir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Fundação Hemocentro de Brasília - PGRSS, destinado a nortear todas as ações de gerenciamento de resíduos da Fundação, descrevendo ações relativas ao manejo de resíduos, observadas suas características no âmbito do estabelecimento, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

## 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

13.1. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da aquisição/contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

13.1.1. Consoante elementos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a aquisição do objeto deste Estudo é viável e é adequado ao atendimento da necessidade a que se destina.

## 14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Diretoria de Procedimentos Especiais

Diretoria de Procedimentos Especiais

## 15. REVISORES

De acordo,

Gerência de Laboratórios Especiais

Diretoria de Procedimentos Especiais

16. APROVAÇÃO

Aprovo,

Unidade Técnica

ANEXO II

MINUTA PARA EDITAL DE LICITAÇÃO

Processos Administrativos n.º: 00063-00003995/2025-29 e 00063-0000 \_\_\_\_/2025-\_\_.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º: 0 \_\_/202\_\_

A **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo(a) seu Presidente \_\_\_\_\_, Matrícula nº \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação modalidade pregão, na forma eletrônica, processos administrativo n.º 00063-00003995/2025-29 e n.º: 00063-0000 \_\_\_\_/202\_\_-\_\_, RESOLVE, registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s) atendendo as condições previstas no Edital de Licitação n.º: \_\_\_\_/\_\_\_\_, sujeitando-se as partes às normas Constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º: 44.330 de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de insumos que serão utilizados para: criopreservação de células para uso nos transplantes de medula óssea, análise de células progenitoras hematopoiéticas e na realização de provas cruzadas por citometria de fluxo, visando atender os pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado no Termo de Referência 3 (203863817), anexo do edital de Licitação n.º: \_\_\_\_/\_\_\_\_, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2. Fornecedor: \_\_\_\_\_.

2.3. CNPJ: \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_.

2.4. Endereços: \_\_\_\_\_.

2.5. Representante: \_\_\_\_\_.

2.6. Contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ / E-mail: \_\_\_\_\_.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<b>Anticorpo Monoclonal Anti-Humano Anti CD3 conjugado com PERCP (Clone Protocolo Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre/RS - SK7) ou conjugado com PC 5.5 (Clone UCHT1).</b> Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	378398	Teste	6.072	R\$	R\$
2	<b>Placa de cultivo celular de fundo arredondado ou fundo em U</b> Placa em poliestireno, transparente, com 96 poços, com sistema de prevenção de contaminação cruzada entre os poços e com o meio externo (tampa de vedação ou equivalente), esterilizada com radiação gama (ou equivalente) e livre de pirógenos e DNase/RNase, com paredes lisas que permitam escoamento. Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>	422362	Unidade	350	R\$	R\$



3	<b>Solução de limpeza profunda de Citômetro de fluxo tipo Contrad 70 (modelo da FHB: DxFlex)</b> Prazo de validade: mínimo de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Forma de apresentação: Frasco de 1 L. <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	383292	Frasco	03	R\$	R\$
4	<b>Solução de Dimetilsulfóxido (DMSO)</b> Solução criopreservante contendo 99,9% de Dimetilsulfóxido (DMSO). Criopreservante para uso em células-tronco hematopoiéticas com finalidade de transplantes estéril, incolor, apirrogênico, grau de pureza USP, transparente e com Registro na ANVISA. Forma de apresentação: Frascos de 50mL. Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. <b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	352834	Mililitro	900	R\$	R\$
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>						<b>R\$</b>

### 3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE:

- 3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Hemocentro de Brasília.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preço.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.7. Dos limites para as adesões:
  - 4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
  - 4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA:

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação da Ata no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
  - 5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
  - 5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.11, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e

sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

- 5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
  - 5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
  - 5.14.2. mantiverem sua proposta original.
- 5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.16. O registro a que se refere o item 5.14 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
  - 6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
  - 6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
  - 6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto, pelo preço registrado na ata.
- 6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto, pelo preço atualizado.
- 6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
  - 6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
  - 6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:**

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado

ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. for liberado pela Administração Pública;

8.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

8.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133 de 2021, o contratado que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções

9.2.1. **Advertência (artigo 156, I);**

9.2.1.1. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.

9.2.2. **Multa (artigo 156, II);**

9.2.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação, conforme artigo 157, da Lei 14.133 de 2021.

9.2.2.2. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.

9.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §º da Lei 14.133 de 2021).

9.2.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.2.5. Multa compensatória:

9.2.2.6. Dar causa à inexecução parcial do contrato, multa de 0,5% a 12% sobre o valor do contrato;

9.2.2.7. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato;

9.2.2.8. Dar causa à inexecução total do contrato, multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato;

9.2.2.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato;

9.2.2.10. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

9.2.2.11. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

9.2.2.12. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

9.2.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

9.2.2.14. Multa moratória:

9.2.2.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

9.2.2.16. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

9.2.2.17. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, em caráter excepcional e a critério da Administração, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais

adimplidas em atraso, não podendo exceder o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

**9.2.3. Impedimento de licitar e contratar (artigo 156, III);**

9.2.3.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.

9.2.3.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.

9.2.3.3. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.

**9.2.4. Declaração de inidoneidade (artigo 156, IV).**

9.2.4.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.

9.2.4.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas na Lei 14.133 de 01/04/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

9.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**10. DA FORMALIZAÇÃO:**

10.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho ou Contrato, conforme condições estabelecidas em edital.

**11. CONDIÇÕES GERAIS:**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes.

XXXXXXXXXXXX

**FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**

Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

**AVISO:**

*O presente documento é um MINUTA e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da Diretoria geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente*

**Elaborado por:**

Diretor de Contratos e Convênios

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço da Fundação Hemocentro de Brasília, SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 03, Brasília/DF.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **GIULIA BARQUETA OROZCO CIARLINI - Matr.1694453-4, Diretor(a) de Compras**, em 25/06/2026, às 16:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 206775082 código CRC= 985AFF00.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
smhn qd 03 conj a bl 03 - Bairro Asa norte - CEP 70710908 -  
Telefone(s): 61 3020-2915  
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>